

“O COMUNISMO É O ÓPIO DO POVO”: REPRESENTAÇÕES DOS BATISTAS SOBRE O COMUNISMO, O ECUMENISMO E O GOVERNO MILITAR NA BAHIA (1963 – 1975).

Luciane Silva de Almeida

A presente comunicação tem a pretensão de apresentar parte dos resultados da dissertação de mestrado, de título homônimo, defendida pela autora em 2011. É importante frisar que diferentes momentos do processo de construção da citada dissertação foram expostos através de comunicações em edições anteriores da ABHR, inclusive trazendo títulos similares, este, portanto, tem o caráter de resultado final do que vinha gradativamente sendo apresentado e aprimorado há alguns anos.

A proposta geral do trabalho foi a de estudar as manifestações anticomunistas e as representações acerca do Governo Militar construídas pela Denominação Batista na Bahia. Para além das representações e discursos, foram analisadas as práticas desenvolvidas pelos batistas no sentido de demonstrar apoio ao Governo, enfatizando a contradição que tal postura representava para um grupo que reivindicava como princípio fundamental o distanciamento dos assuntos relacionado ao cotidiano político do país.

Percebendo que, em geral, os discursos e ações dos batistas eram orientados pela Convenção Batista Brasileira¹, e por suas respectivas convenções estaduais, decidiu-se não focar a discussão em um território geográfico específico, tomando os batistas do estado da Bahia como universo para as análises. No entanto, isso não impediu que fossem trabalhadas comunidades religiosas específicas representativas das temáticas abordadas, nas cidades de Salvador e Feira de Santana, no entanto, por questão de síntese, essa parte não será apresentada nesta comunicação.

O trabalho foi delimitado cronologicamente no período que vai de 1963, quando se intensifica a crise do governo do então presidente João Goulart e quando entram em cena as primeiras manifestações mais incisivas de anticomunismo batista, até 1975, último ano de governo do primeiro prefeito batista da capital baiana – Clériston Andrade – além de corresponder à época onde as intervenções em defesa do governo por parte dos batistas começaram sensivelmente a diminuir, provavelmente, por que já se considerava extinta a ameaça de comunização do país, e fracassadas as investidas dos *terroristas*, visto que eram prontamente abafadas pelo organizado aparato de repressão do governo.

As representações e as práticas políticas elaboradas pelos batistas estavam essencialmente vinculadas à forma de existência desse grupo religioso na sociedade brasileira e em especial na Bahia, considerada, desde o Império, como capital religiosa do país (SILVA, 2010a, p.22) e sede do arcebispado católico desde o período colonial. Para os batistas o respeito ao poder estabelecido garantiria seu espaço no cenário religioso brasileiro marcado pela hegemonia católica. Durante o Governo Militar a submissão às autoridades constituídas ganharia uma característica especial: o anticomunismo.

Em geral, o discurso anticomunista difundido no meio batista transcendia o terreno político – onde comumente se faz a crítica a essa ideologia – para o campo religioso demonstrando que a comunidade religiosa reivindicava pra si toda a atenção do fiel, não admitindo outras formas de lealdade. As descrições das práticas do *comunismo ateu* confundiam-se com imagens apocalípticas e tais práticas seriam obra de Satanás e seus seguidores. Tratava-se de uma desqualificação contundente se for levado em conta o papel negativo da figura do Diabo, o opositor de Deus, no imaginário cristão/batista.

Por conta da força desse imaginário entre os batistas, tornou-se comum associar o comunismo ao ecumenismo, e a chamada *Teologia da revolução*, ambos considerados pelos pastores mais conservadores como ameaça, nesse caso, doutrinária. Essa associação fez com que vários jovens fossem denunciados ao aparelho repressor do Estado pelas próprias autoridades eclesiásticas e levou a expulsão de vários outros, pois na mentalidade protestante da época aquele que delatasse seria diferente do transgressor, isento de culpa. Na Bahia esses conflitos tomaram tamanha proporção que resultaram em cismas em duas importantes congregações batistas da capital.

É importante ressaltar que a existência desse segmento progressista comprova que a visão protestante sobre os acontecimentos políticos e sociais das décadas de 1960 e 1970 não era homogeneamente conservadora. Existiram dentro da Denominação Batista, e com uma ressonância significativa, membros que tentavam chamar a atenção dos evangélicos para a necessidade de uma maior atuação frente aos problemas sociais do país, estes, no contexto extremamente conservador da Ditadura Militar, eram confundidos e identificados, propositalmente na maioria das vezes, como sendo comunistas.

É necessário esclarecer que para fazer a abordagem desse grupo utilizou-se aqui o termo *protestante progressista* para caracterizar o indivíduo com uma visão de mundo mais crítica e que “admite novas idéias e novas perspectivas na interpretação das doutrinas e nas práticas religiosas, que possibilitam um olhar e as vezes um engajamento na

sociedade circundante” (SILVA, 2010b, p. 35), colocando-se portanto em situação oposta ao *protestante conservador*, que tende ao fundamentalismo e ao afastamento das *coisas desse mundo*, especialmente da política.

Em sua relação com a política, tradicionalmente os batistas sempre declararam apoio irrestrito às autoridades constituídas ao passo que, contraditoriamente, esforçavam-se para manter o princípio da separação entre a Igreja e o Estado. Para confirmar essa posição, em 1964, o pastor batista carioca João Soren produziu um documento para a orientação pastoral de sua igreja, que logo em seguida foi publicado no *Jornal Batista*, e acabou tornando-se, extra-oficialmente, uma carta de princípios para a relação dos batistas com o Estado.

O documento intitulado *A Igreja e Face das Injunções Políticas*², contou com ampla divulgação e pretendia servir de orientação doutrinária aos batistas brasileiros. Entretanto, apesar de teoricamente representar a decisão da Denominação Batista em manter-se alheia a toda e qualquer forma de expressão política, na prática, ele cumpriu a função de encobrir a intensa atuação batista junto ao Governo Militar.

Neste documento, vários pontos chamam a atenção, com destaque para dois, primeiro, a insistência em afirmar que, da mesma forma que não deve a igreja interferir nos assuntos políticos, não cabe aos governos interferir nos assuntos eclesiásticos, nem nas questões internas a cada igreja. Ou seja, era ao mesmo tempo um atestado de “incompetência política” e um apelo aos governos para que eles não intervissem na organização ou nos conflitos eclesiásticos internos – e mais do que isso, não manifestasse apoio ou predileção por nenhuma delas em detrimento de outra.

O outro trecho que merece destaque trata de alguns regimes políticos que apresentam princípios “inaceitáveis para os cristãos”, em uma clara referência ao comunismo. Ou seja, mesmo num documento que se propunha a recomendar a total neutralidade frente aos regimes políticos já havia uma ressalva que localizava o comunismo à parte do que se entendia por formas de governos aceitáveis. Apesar de seu texto impactante o documento não impediu que os batistas baianos expressassem seu apoio aos governos instituídos cumprindo assim outro princípio: o do respeito às autoridades.

Apesar dessa recomendação doutrinária ter atingido grande repercussão na Denominação Batista, as fontes revelam que na conjuntura política do período proposto para estudo, tal princípio configurava-se apenas sob forma da imagem e retórica que esse grupo pretendia ter aos olhos da sociedade em geral. Na prática, a trajetória da maioria dos protestantes foi permeada pela construção de representações acerca do Governo Militar e dos seus opositores, em especial os comunistas, e pela condenação infligida aos irmãos que “destoavam” da ortodoxia conservadora.

Através da análise das fontes pesquisadas foi possível concluir que o relacionamento dos batistas baianos com o Governo Militar estadual ocorreu através de três formas de atuação: 1) a ocorrência de propagandas e ações por parte dos líderes da Denominação Batista em defesa da intervenção civil-militar e do governo inaugurado por ela; 2) o posicionamento anticomunista exposto na imprensa batista, em bibliografias específicas e no pronunciamento de pastores; e 3) a relação de barganha e clientelismo estabelecida entre os batistas e o governo estadual.

No primeiro caso, mesmo tendo assumindo um discurso moderado frente ao governo do presidente João Goulart – atitude elaborada em consonância com a regra de respeito à autoridade constituída – houve uma mudança radical de atitude logo após o Golpe de 1964, quando os batistas passaram a atacar pessoalmente João Goulart bem como as reformas propostas por ele. Dessa forma justificou-se a necessidade de um golpe frente à comprovada incompetência do presidente:

Havia muita gente iludida. Evangélicos, inclusive. Batistas, às centenas. Acreditavam, com a fé que informa o coração de novas criaturas, que o Brasil estava perlongando o caminho certo – o caminho da Justiça Social [...] A palavra mágica, a justificar todas as omissões do governo era **reformas**. Não se fazia nada, porque – através das reformas – se prometia tudo. Reformas, reformas e reformas. Mas chegou o **dia primeiro de abril**. O famoso ‘Dia da Mentira’. E o impossível aconteceu. Ele se transformou no Dia da Verdade.³

Assim, *O Jornal Batista* passou a publicar, constantemente, notícias relacionadas a esse evento político no qual, para os batistas, bem como para vários setores da sociedade brasileira, os militares salvaram a Pátria da *comunização* planejada pelo presidente João Goulart.

Outro importante evento que merece destaque foi a *Marcha da Família, com Deus, pela Democracia e pela Liberdade*⁴, que na capital baiana aconteceu dia 15 de abril de

1964, evento que mesmo tendo a Igreja Católica como representante maior do campo religioso, participando inclusive da sua organização, contou com a expressiva participação dos protestantes, em especial os batistas, que desfilaram no *batalhão evangélico*. Além disso, o pastor Ebenézer Cavalcanti, assim como outras autoridades políticas e eclesiásticas, discursou no momento mais apoteótico da marcha enquanto representante dos evangélicos⁵. É importante destacar o impacto dessa participação visto que batistas e católicos jamais haviam estado juntos em desfiles públicos ou defendendo a mesma causa.

Com relação às representações anticomunistas, a identificação do comunismo com sujeitos e ações considerados contrários a Deus no imaginário cristão foi constante. Em decorrência, várias dessas representações chegaram a extremos e por vezes abstraíram-se totalmente da realidade. Segundo Sá Motta isso era comum em determinados grupos que “agindo sob o influxo de paixões políticas e religiosas, com freqüência, representaram as ações e idéias de seus adversários de maneira deturpada, não raro raiando ao grotesco” (SÁ MOTTA, 2002, p. XXV).

No pensamento protestante, especialmente batista, essas representações foram desde a acusação de ateísmo até a de satanismo, o que seria bem mais grave haja vista que, do ponto de vista protestante as seitas satânicas, ao contrario dos ateístas que apenas negam a existência de Deus, reconhecem sua existência por serem inimigos dele, ou seja, pior do que destruir a religião almejavam destruir o próprio Deus.

A partir da década de 1960, e seguindo a tendência de inúmeros jornais conservadores que circulavam no país⁶, a imprensa batista foi o principal instrumento divulgador das doutrinas anticomunistas entre o grupo, a imagem construída por ela acerca dos comunistas era a de que, por “pregarem o ateísmo”, seriam inimigos de Cristo e conseqüentemente promovedores de guerras e destruições motivadas por um sentimento maligno inerente a todos eles. Assim, previam uma guerra do comunismo contra o próprio cristianismo: “o mundo, mais uma vez, contempla um choque de ideologias que se defrontam. Desta feita, é a resistência do combatido Cristianismo aos ataques do Comunismo ateu, cruel, tirano, porém sagaz, inteligente e fascinante, em face do tema que explora”⁷.

Para além da associação a representações negativas de destruição, encontramos uma forma peculiar de anticomunismo onde a ascensão do comunismo na Rússia foi associada com detalhes a citações bíblicas referentes ao evento do Apocalipse. Tal descrição é a tônica do livro escrito pelo pastor norte-americano M.R. De Haan *O*

Levantamento e a Queda do Comunismo, traduzido pela Imprensa Batista Regular em 1963. Esse livro fazia parte de um conjunto de várias outras publicações anticomunistas distribuídas tanto pela Casa Publicadora Batista quanto por outras editoras protestantes que circulavam no meio evangélico. Em geral, esse tipo de bibliografia era produzida por pastores evangélicos que, brasileiros ou não, tinham suas obras divulgadas pelos jornais e disponibilizadas nas bibliotecas dos Seminários protestantes.

A preocupação com os evangélicos simpatizantes do comunismo ou com propostas de *revolução social* também era constante. Segundo os pastores o discurso de justiça social era uma falácia, mas era convincente o suficiente para enganar os cristãos *inocentes* interessados em ajudar ao próximo. Para tentar sanar as dúvidas que surgiam entre os evangélicos e esclarecer as reais diferenças entre as propostas comunistas e os princípios bíblicos o jornal *Batista Bahiano*, publicou em 1968 um artigo que ocupava toda uma página da sua edição de maio-junho, sob o título “*O Reino de Deus e o Comunismo*”.

Nesse artigo, de autoria do pastor Walter Kaschel afirmando que “a infiltração do comunismo nas fileiras evangélicas é um fato incontestável”⁸ se propôs a fazer um estudo contrapondo os ideais do “Reino de Cristo” com os do comunismo para mostrar como são “contraditórios e incompatíveis” sendo assim impossível um cristão ser comunista. A diferença principal que comprovaria essa incompatibilidade era o fato de que, em oposição ao cristianismo que reconhece as injustiças sociais mas procura resolvê-las “aproximando os homens pelo amor”, o comunismo “prega o ódio e a vingança. Fomenta luta dentro da família e a lealdade ao Partido leva a debelar os próprios parentes. Prega o ódio entre as classes, pondo em choque patrões e empregados. O patrão é o explorador e precisa ser posto abaixo”⁹.

Percebe-se assim que, passado o perigo do governo comunista no Brasil o grande combate passou a ser contra as falsas promessas de igualdade social sugeridas por esse regime. A partir daí, a tática passou a ser a de desmitificar o mito do comunismo humanitário mostrando exemplos de como ele não funcionava nos países onde era utilizado como forma de governo.

Em se tratando da relação direta dos batistas com o governo do estado pode-se destacar a atuação duas igrejas de onde despontavam figuras que tiveram notável participação no cenário político baiano – incluindo-se aí, os próprios pastores – são elas: a Igreja Batista Sião, dirigida à época pelo pastor e militar da reserva Rev. Valdívio de Oliveira Coelho e a Igreja Batista Dois de Julho, pastoreada por Ebenézer Gomes

Cavalcanti, advogado e deputado estadual pela UDN em 1950. Destacaram-se também, o político Raymundo Brito, deputado federal por quatro vezes consecutivas (1954, 1958, 1962 e 1966 sendo as três primeiras pela UDN e após o Golpe Civil-Militar pela ARENA), que apesar de não fazer parte da membresia – era esposo da Dr.^a Alzira Coelho, irmã do pastor Valdívio Coelho – mantinha estreitas relações entre sua atuação política e a Denominação Batista; e o diácono batista Clériston Andrade prefeito da cidade de Salvador entre 1971 e 1974.

Durante os primeiros anos de Governo Militar, as lideranças batistas deixaram de atuar apenas no campo do discurso e passaram à colaboração prática, que ia desde a participação em eventos públicos de apoio as autoridades governamentais, até a aliança de seus membros ao governo, ocupando eles próprios funções executivas ou parlamentares.

Para garantir que a posição das lideranças batistas fosse hegemônica, qualquer posicionamento contrário a doutrina oficial da Denominação era duramente combatido, evitando assim que a frutífera relação consolidada com os militares sofresse riscos de ser abalada. Dessa forma o tratamento dispensado aos membros que ousavam contestar as hierarquias eclesiásticas e políticas reproduziu a repressão implementada pelos militares na sociedade em geral e gerou conflitos que resultaram em mudanças no cenário batista baiano.

Neste sentido, cabe ressaltar que os posicionamentos expostos até aqui não foram hegemônicos, partiam das lideranças e dos grupos conservadores, que no caso em questão, representavam a maioria dos fiéis da Denominação Batista. Entretanto, houve resistência à posição oficial acompanhada da elaboração de um pensamento alternativo e crítico no interior da comunidade religiosa inclusive em um período anterior ao Golpe de 64.

Inspirados pela ambiência política contestadora vivenciada pelo país a partir da década de 1950, alguns batistas tentaram organizar-se em grupos para repensar a realidade brasileira bem como sua própria prática enquanto evangélico dentro dessa realidade, para tanto, organizaram-se em grupos como o *Movimento Diretriz Evangélica* (MDE). O MDE configurou-se, a partir do final dos anos 1940 até meados da década de 1960, como um atuante movimento na busca por um maior envolvimento batista com os problemas do país e por uma prática voltada à ação social tendo sido foi o que melhor representou as intenções dos progressistas. Além de possui seu jornal próprio (o *Diretriz Evangélica*) contava com um programa de rádio e mantinha publicações em outros veículos de

informação como a revista paulista *Unitas*, de direção presbiteriana e, até o final de 1963, colunas periódicas n' *O Jornal Batista*.

Na Bahia, nas décadas de 1960 e 1970, um setor dos jovens batistas organizados em torno da Juventude Batista Baiana assumiu um importante papel em defesa do protestantismo progressista entre os batistas, e entre os evangélicos baianos de outras denominações. Neste sentido, foram os batistas que mais se aproximaram do ecumenismo na Bahia.

O surgimento de pequenos grupos de jovens que se posicionavam contrários aos grupos ligados à JBB (que no período era dirigida por jovens conservadores ligados às altas hierarquias da Convenção) foi verificado a partir da década de 1960 principalmente nas congregações mais antigas comumente freqüentadas pela classe média e por jovens universitários. Nestes grupos, havia um grande número de universitários que faziam parte da ACA, a Associação Cristã de Acadêmicos, conhecida por possuir um projeto político de discussão da sociedade e da realidade brasileira¹⁰.

Foram estes grupos que em 1965 organizaram a primeira candidatura de oposição da história da JBB. Após serem eleitos, com uma votação expressiva, passaram a organizar reuniões de estudos da Bíblia onde os textos eram utilizados como referência para analisar a realidade brasileira, o que deixou clara a gestão independente e atuante que a nova diretoria pretendia construir na JBB. A partir daí, a Juventude Batista Baiana passou a ter um papel mais contestador, tanto nas questões internas à Denominação, quanto na problematização de temas político-sociais do país. Nesse sentido posicionou-se a favor da participação do crente na política, deixando evidente sua busca por espaço.

A reivindicação por autonomia se fazia uma constante nas publicações da JBB no *Batista Bahiano*. A nova e autônoma JBB não agradou em nada aos pastores batistas baianos, que, a princípio, optou por uma estratégia que tentava mantê-la sob o controle da Convenção ao mesmo tempo em que encarava com descrédito suas reivindicações.

Essa forma de agir foi percebida e duramente criticada pelos jovens quando a discussão sobre a manutenção da União Geral dos Intermediários – criada pela Convenção Batista Baiana em 1960 com o objetivo de manter a JBB sob o controle de “conselheiros mais velhos” – foi posta em pauta. Para os jovens, ela já tinha cumprido seu papel histórico devendo ser substituída por um órgão que lhes garantisse mais autonomia. Em defesa dessa idéia, Agostinho Muniz utilizou o *Batista Bahiano* para divulgar trechos do *Manifesto Adolescente* escrito pelo “líder adolescente” Sylvio Barbosa, segundo o autor:

a maior preocupação agora é dar consciência, pois, geralmente, o povo atua sem saber pra quem é, devemos mudar tudo aquilo que os próprios adolescentes acham que precisa, sem que os outros digam. O adolescente não deve ser comandado, deve ser orientado. [...] A integração no trabalho da igreja é impedida pela indiferença com que os adolescentes são tratados. O adolescente se sente bem com aquele que lhe dá importância, se a igreja aceitasse o adolescente como ele é, seria uma nova fase para a igreja.¹¹

O *Manifesto Adolescente* foi o último texto reivindicatório publicado na coluna da mocidade, pois, nos últimos meses de 1966 o pastor Ebenézer Cavalcanti assumiu a direção do jornal *Batista Bahiano* retomou o controle total sobre o que era publicado. Assim, a partir de 1967, a publicação limitou-se novamente a informar questões práticas sobre os congressos nacionais e estaduais da mocidade e sobre os feitos do aclamado coral de jovens da Igreja de São.

As acusações direcionadas aos jovens eram feitas também nos boletins semanais das igrejas, segundo uma carta aberta divulgada pela União de Mocidade da Igreja Dois de Julho nos meses que antecederam a crise que estava por vir entre eles e o pastor Ebenézer Cavalcanti, denunciava: “a mocidade perdeu o contato porque de certo tempo pra cá deixou de ser acompanhada, e ouvida. [...] basta que recordemos muitos dos ataques e insinuações (sem fundamentos), colocados em diversas edições do Boletim da Igreja, ainda que para isso se estivesse desviando e desvirtuando seu uso”¹².

A reação aos jovens progressistas também ocorreria de forma mais severa através do processo que afastou os jovens não só da diretoria da JBB como também das suas próprias igrejas. Apesar de ganhar força nos anos finais da década de 1960, tal prática, teve início ainda em 1966. Segundo Agostinho Muniz:

66 é um ano emblemático da liderança protestante e de Juventude porque aí passam a ocorrer as eliminações desse pessoal que não rezava pela cartilha da liderança oficial da Igreja e dos pastores, Ebenézer mesmo foi o primeiro a comandar uma grande exclusão desses jovens, [...] os líderes da Igreja começaram a reagir contra aquele pessoal que dentro da própria igreja era chamado de muito “cor de rosa”, alguns chamados de comunistas como foi o meu caso que fui denunciado como sendo atuante comunista, como tendo ligações com o Partido Comunista fora da Igreja e eu atuava na Igreja como um braço desse, do Partido... eu nunca fui comunista, nunca pertenci ao Partido...¹³

De fato, a maioria dos progressistas batistas nunca fez parte do partido comunista. O próprio jornalista Agostinho Muniz apesar de ter se aproximado da Ação Popular faz

questão de deixar claro que nunca foi membro do Partido Comunista. Entretanto, alguns jovens protestantes aproximaram-se do PCB e foram duramente condenados a exemplo de Norberto Bispo dos Santos Filho, membro da Igreja Batista Dois de Julho, que sabendo que seria afastado do rol de membros caso assumisse ser comunista, optou por ele próprio deixar a igreja logo após a sua filiação ao Partido¹⁴.

Os fatos ocorridos a partir de 1966 também são relatados pela professora Marli Geralda Teixeira, ex-membro da Igreja Batista de São: “foi em 1966 o racha, aí veio a grande acusação: ‘é um bando de comunista!’ Pronto, você chamar alguém de comunista em 1965, era uma coisa perigosíssima... aí ‘comunista, comunista!’... ‘é! não é!’ um bate boca, etc.. e houve alguns detalhes sórdido inclusive, muito sórdidos e que resultaram na eliminação da igreja de uma de nossas líderes, Maria Assis [...]”¹⁵. Aos que tendiam para a esquerda, no sentido político, as conseqüências eram as mesmas do caso anterior, com o agravante de que a ocorrência poderia transcender o universo denominacional e virar, literalmente, “assunto de estado”.

Desta forma, a prática da delação e expurgo dos jovens batistas de Salvador tem dois auges em momentos distintos, em 1966, com a eliminação de cerca de 30 membros, entre jovens e seus parentes da Igreja Batista de São pelo pastor Valdívio Coelho; e em 1975 quando foi a vez de Ebenézer Cavalcanti por fim aos “missionários comunistas” da sua igreja. Ambos os grupos fundaram novas comunidades batistas, similares em sua origem, mas, de trajetórias e orientação profundamente diferentes. Neste sentido, podemos afirmar que os embates entre conservadores e progressistas causaram efeitos que resultaram em mudanças no cenário religioso batista baiano.

O caminho percorrido durante a pesquisa, sustentado pela bibliografia e pela documentação escrita e oral levantada, levou à comprovação de várias das hipóteses propostas e ao surgimento de novas que ampliaram qualitativamente a discussão inicialmente proposta. Talvez a principal delas seja a constatação do caráter dúbio do dito afastamento Batista das questões "desse mundo" visto os freqüentes pontos contraditórios que pudemos perceber entre seus discursos e suas práticas. Assim, o anteriormente ostentado princípio de “separação entre Igreja e Estado” foi sendo gradativamente substituído pela declarada colaboração pública e incondicional ao Governo Militar em nível estadual e nacional.

Consideramos que a explicação para essa nova postura resida tanto no sentimento de obrigação em colaborar com um governo que livrou o país da ameaça comunista,

quanto na necessidade que o grupo tinha de defender seus interesses frente à nova conjuntura que demonstrou-se mais propícia à participação de grupos conservadores. Analisando as práticas, representações e ressignificações de discursos dos evangélicos e em especial da hierarquia, podemos afirmar que estes não ocorreram de forma isolada à dinâmica política do país, ao contrário, foram fortemente influenciados por ela.

¹ A Convenção Batista Brasileira é o órgão máximo da Denominação Batista no Brasil, responsável por definir o padrão doutrinário e tentar formar uma rede de cooperação e identidade entre os batistas.

² Uma versão resumida desse documento pode ser encontrada em REILY, 2003. p. 319-322. A versão na íntegra foi publicada no O Jornal Batista de 31 de maio de 1964, p. 01.

³ *O Dia da Verdade*. O Jornal Batista. 19 de abril de 1964. p. 03.

⁴ Sobre a Marcha em Salvador ver: SANTANA, 2009.

⁵ *Marcha foi apoteose da vitória*. A Tarde. 16 de abril de 1964. p. 01 e 03.

⁶ Sobre as representações feitas pela grande imprensa sobre o comunismo ver: MARIANI, 1998.

⁷ *Nós, cristãos, temos respostas às indagações comunistas*. O Jornal Batista. 28 de setembro de 1963, p. 04.

⁸ *O Reino de Deus e o Comunismo*. O Batista Baiano. Maio-junho de 1968, p. 03.

⁹ Idem.

¹⁰ Entrevista realizada com Marli Geralda Teixeira, em Salvador. 23 de março de 2010.

¹¹ *Adolescentes Reclamam Nova Estrutura*. Batista Bahiano. Novembro de 1966, p. 02.

¹² Carta da União de Mocidade da Igreja Batista Dois de Julho. Salvador, 19 de setembro de 1974. Documentação IBN.

¹³ Entrevista com Agostinho Muniz realizada em Salvador. 18 de fevereiro de 2011.

¹⁴ Entrevista com Ellen Mello concedida a Elizete da Silva em 03 de março de 2007.

¹⁵ Entrevista com Marli Geralda Teixeira. Op. Cit.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARIANI, B. *O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

REILY, Duncan A. *História Documental do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 2003.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em Guarda contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

SANTANA, Ediane. *Em Nome da Família, da Moral e da Propriedade: As mulheres baianas na organização da Marcha da família em Salvador (1962-1964)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2009.

SILVA, Cândido Costa. *Os Segadores e a Messe. O clero oitocentista na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2010a.

SILVA, Elizete da. *Protestantismo Ecumênico e Realidade Brasileira: Evangélicos Progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: Editora da UEFS. 2010b.